



RELATÓRIO ANUAL 2021

Bradespar





SUMÁRIO

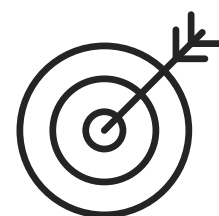
Perfil Corporativo	3
A BRADESPAR	3
Composição Acionária	3
Estrutura Societária	3
Mensagem aos Acionistas	4
Linha do Tempo.....	5
Governança Corporativa	10
Tag along	10
Conselho de Administração.....	11
Diretoria Executiva	11
Órgãos de Controle.....	12
Aspectos Econômicos e Financeiros.....	13
Receita Operacional	13
Resultado Financeiro.....	13
Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativa.....	14
Resultado do Exercício	14
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.....	15

Mercado de Capitais.....	16
Perfil	16
Desempenho das ações.....	16
Liquidez.....	17
Prêmio/ desconto.....	18
Informações sobre a Empresa Investida	20
Perspectivas.....	20
Informações Corporativas.....	21
Publicações e Informações	21
Demonstrações Contábeis.....	22
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	22

PERFIL CORPORATIVO

A Bradespar

Fundada em março de 2000, a BRADESPAR é uma Companhia de Investimentos constituída a partir da cisão parcial do Banco Bradesco S.A. Atua buscando criar valor aos seus acionistas por meio da participação relevante, como sócia ou acionista, em empresas líderes em seus setores de atuação.



Missão

Gerar valor e otimizar a remuneração para seus acionistas

Composição Acionária

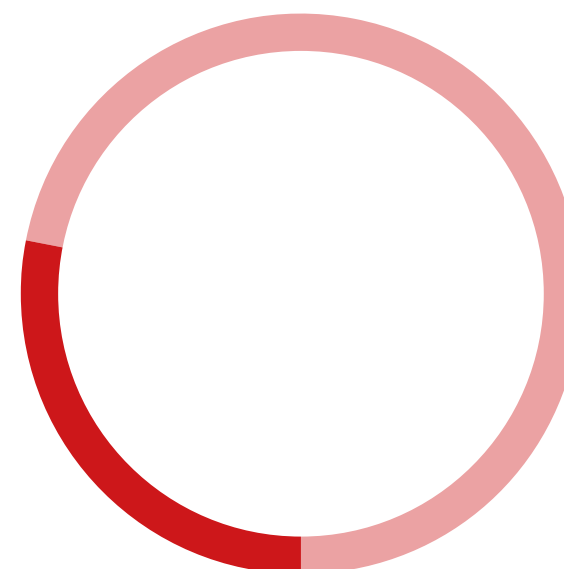
71,9% das ações

FREE FLOAT

22,1% capital votante

98,9% não votante

28,1% das ações



GRUPO DE CONTROLE

77,9% capital votante

detido por um sólido Grupo de Controle:

- › Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações;
- › Fundação Bradesco;
- › NCF Participações S.A.;
- › Nova Cidade de Deus Participações S.A.;

1,1% não votante

Estrutura Societária

Os investimentos da BRADESPAR, atualmente, se concentram na VALE, empresa na qual a BRADESPAR tem representante no Conselho de Administração, além de representantes nos diversos Comitês de Assessoramento àquele órgão.

Ao final de 2021, o valor de mercado dos ativos da BRADESPAR correspondia a R\$ 12,7 bilhões.



R\$ 12,7 bilhões Valor de mercado dos ativos da Bradespar ao final de 2021.



Bradespar

3,34% V/T

V/T = % capital votante / % capital total



VALE

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

SENHORAS E SENHORES ACIONISTAS,

A economia brasileira tem apresentado sinais de recuperação, com expansão nos três principais setores de atividade econômica (serviços, indústria e agropecuária). O PIB apresentou crescimento, o que possibilitou a economia compensar a queda em 2020.

Nesse contexto, em 2021, a BRADESPAR apresentou desempenho recorde, alcançando o maior lucro líquido da sua história, R\$ 8,1 bilhões, reflexo do excelente resultado da empresa investida — a VALE. Com isso, no ano, a Companhia destinou aos seus acionistas dividendos e juros sobre capital próprio robustos, no valor de R\$ 4,1 bilhões, sendo esse o maior volume anual já pago.

Cumprir destacar que, em setembro de 2021, o Conselho de Administração da BRADESPAR aprovou o aumento do capital social de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 5,8 bilhões, mediante a bonificação em ações no total de 45.062.565 — sendo 15.818.449 ordinárias e 29.244.116 preferenciais — que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1,295 de nova ação para cada 10 (dez) ações da mesma espécie de emissão da BRADESPAR. A operação teve o propósito de aumentar a liquidez das ações de emissão da BRADESPAR no mercado, bem como ajustar a cotação para tê-las com preço por ação mais atrativo e acessível a um maior número de investidores.

Ressalte-se, ainda, que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em outubro, os acionistas da BRADESPAR aprovaram a operação de redução do capital social, um marco na história da Companhia. A redução de capital no valor de R\$ 5,3 bilhões, sem o cancelamento de ações, possibilitou a entrega aos acionistas de ações ordinárias de emissão da VALE, na proporção de 0,332373453 ação de emissão da VALE para cada ação de emissão da BRADESPAR, reforçando o compromisso com a geração de valor aos acionistas.

Refletindo o bom desempenho da Companhia em 2021, as ações preferenciais da BRADESPAR (BRAP4) alcançaram valorização de 16% no ano, tendo, inclusive, atingido patamar superior ao da sua empresa investida, a VALE.

Apesar das incertezas, 2021 foi um ano de grandes realizações para a BRADESPAR e, por isso, reforçamos os nossos agradecimentos aos acionistas pela confiança em nós depositada até aqui.

São Paulo, 28 de março de 2022.

LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI
Presidente do Conselho de Administração

LINHA DO TEMPO

Principais Eventos

2021

OUTUBRO

- AGE aprovando Redução de Capital com entrega de ações da Vale S.A.

2020

NOVEMBRO

- Término do Acordo de Acionistas da VALE.
- Consolidação da VALE como *Corporation*.
- Manutenção da influência significativa da BRADESPAR na administração da VALE.

2019

OUTUBRO

- Falecimento do Sr. Lázaro de Mello Brandão.

2018

JULHO

- R\$ 700 milhões na 7ª Emissão Pública de Debêntures Simples e R\$ 665,8 milhões na Liquidação Financeira da 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

AGOSTO

- R\$ 2,4 bilhões na 3ª Emissão Pública de Notas Promissórias.

SETEMBRO

- Transação, em conjunto com a Litel Participações, para o encerramento dos litígios judiciais promovidos pela Elétron, relacionados à opção de compra de 37,5 milhões de ações da VALEPAR, reconhecida por sentença arbitral, posteriormente, convertida em perdas e danos.

DEZEMBRO

- Venda de 39.058.000 ações da VALE, reduzindo vigorosamente seu nível de endividamento sem alterar significativamente seu percentual de participação na VALE.

DEZEMBRO

- R\$ 2,458 bilhões no resgate antecipado total da 3ª Emissão de Notas Promissórias e R\$ 512,7 milhões na amortização antecipada parcial da 7ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

2017

ABRIL

- Reorganização societária da BRADESPAR, com incorporação das controladas Antares e Brumado à BRADESPAR, sem aumento de capital.

AGOSTO

- Renovação do Acordo de Acionistas com a VALE, que resultou na extinção da VALEPAR, contemplando a BRADESPAR com um aumento de 10% no número de ações da VALE.

DEZEMBRO

- Migração da VALE para o Novo Mercado, o que transformou a Companhia em uma corporação, ou seja, sem acionista controlador definido.
- R\$ 1,48 bilhão na venda da participação da BRADESPAR de 53.464.240 ações ordinárias na CPFL Energia (5,25% do capital social) para a State Grid Brazil Participações S.A.

2016

DEZEMBRO

- Inauguração, pela VALE, do complexo S11D Eliezer Batista, maior projeto de mineração da história do setor, com reservas estimadas em 4,2 bilhões de toneladas de minério de ferro e vida útil estimada de 30 anos.



2015

JULHO

- R\$ 1,260 bilhão na 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples e R\$ 1,240 bilhão na Liquidação Financeira da 5ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

2014

AGOSTO

- Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS para quitação de débitos relativos ao Processo Judicial para a não inclusão, nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio recebidos das sociedades investidas.

2013

JULHO

- R\$ 1 bilhão na 5ª Emissão Pública de Debêntures Simples, R\$ 610,7 milhões na Liquidação Financeira da 2ª Série da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples e R\$ 376,2 milhões na 4ª Emissão Pública de Debêntures.

2012

JULHO

- R\$ 322,1 milhões na Liquidação Financeira da 1ª Série da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples e R\$ 350 milhões na colocação da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

2011

JULHO

- R\$ 807,5 milhões na Liquidação Financeira da 2ª Série da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples e R\$ 800 milhões na colocação da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

2010

JULHO

- R\$ 152,9 milhões na liquidação Financeira da 1ª Série da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples.

2009

JANEIRO

- R\$ 610 milhões na 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples e R\$ 690 milhões na 2ª Emissão Pública de Notas Promissórias.

MAIO

- Alienação de 16.600.000 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia, por R\$ 531,2 milhões e Liquidação Financeira parcial da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

JUNHO

- Liquidação Financeira do saldo da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

JULHO

- R\$ 800 milhões na 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples e Liquidação Financeira da 2ª Emissão Pública de Notas Promissórias.



2008

JULHO

- Captação de R\$ 1,4 bilhão com a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias e aplicação desses recursos no investimento de R\$ 1,376 bilhão, por meio da VALEPAR, na Oferta Global de ações da VALE.

2007

JANEIRO A MAIO

- Redução de despesas, por meio de Reestruturação Administrativa, terceirização da execução de serviços gerais e administrativos e da diminuição do número de diretores estatutários para apenas dois.

2006

FEVEREIRO A ABRIL

- Reorganização societária da Bradesplan com a transferência de suas participações na Antares e Millennium para a BRADESPAR, por meio de cisão e redução de capital, restando como ativos da Bradesplan, a partir de então, créditos fiscais e Euronotes da Globopar.

MAIO

- Venda da Bradesplan por R\$ 308 milhões, com pagamento à vista, e liquidação dos Bonds emitidos pela controlada Millennium, por US\$50 milhões, zerando o endividamento do Grupo.

DEZEMBRO

- Reorganização societária da VBC/CPFL Energia com a saída da BRADESPAR da VBC, passando a BRADESPAR a ser titular diretamente de 43.049.000 ações da CPFL Energia, desvinculadas do Acordo de Acionistas e representativas de 8,97% do capital social, que podem ser livremente negociadas.

2005

MARÇO

- Término da participação da BRADESPAR no capital da NET Serviços, com a venda das ações da Companhia em Bolsa de Valores.

SETEMBRO

- Venda de 9,5 milhões de ações da BRADESPAR pertencentes ao Grupo Espírito Santo com a Oferta Pública Secundária de ações, aumentando o *free float* de 60,7% para 71,6%.

- Concessão de direitos de *Tag Along* de 80% aos preferencialistas e ampliação do direito de *Tag Along* aos minoritários ordinaristas de 80% para 100%.

OUTUBRO

- Anúncio de Política de Dividendos mínimos, elevando a previsibilidade da remuneração dos acionistas quanto ao recebimento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.

2004

MARÇO

- Compra de ações da VALEPAR pertencentes ao Opportunity por R\$ 376,9 milhões, paralelamente à cisão da Elétron¹, o que criou melhores condições para a liquidez da participação da BRADESPAR na VALEPAR.

SETEMBRO

- Captação de mais de R\$ 821 milhões na abertura do capital da CPFL Energia, que possibilitou a venda parcial de ações da CPFL Energia por parte da VBC, holding da qual a BRADESPAR possuía 33,3%, no mercado secundário.

DEZEMBRO

- Mais de R\$ 1 bilhão captados na Oferta Pública de Ações Preferenciais da BRADESPAR, a 2ª maior operação do mercado de capitais brasileiro no ano.

¹ Elétron: empresa que tinha por objetivo deter participações da VALEPAR. Seu capital pertencia 85,6% à BRADESPLAN e 14,4% ao grupo Opportunity.



2003

MARÇO

- Aumento da participação da BRADESPAR na VALEPAR com a aquisição de 45% das ações detidas pela Sweet River por R\$ 827 milhões.

SETEMBRO

- R\$ 2,5 bilhões pela venda de participação na VALEPAR para a Mitsui. O preço de venda das ações, à época de sua contratação, representou um prêmio de 64% em relação ao preço de mercado das ações ordinárias da VALE.

2002

FEVEREIRO

- R\$ 37 milhões pela venda da Scopus Tecnologia.

AGOSTO

- Constituição da CPFL Energia (antiga Draft II Participações), holding controladora dos negócios de geração, distribuição e comercialização de energia do grupo CPFL.

DEZEMBRO

- Consolidação do controle da VALEPAR sobre a VALE, com aumento de capital, passando de 42% para 52% do capital votante a participação da VALEPAR na VALE.

2001

JANEIRO

- R\$ 500 milhões de Aumento de Capital da BRADESPAR pelo ingresso do Grupo Espírito Santo na composição acionária e assinatura de Acordo de Acionistas.

MARÇO

- Liquidação Financeira da operação de descruzamento das participações acionárias da VALE e da CSN, permitindo que a VALE concentrasse seu foco estratégico nas atividades de mineração e logística.

2000

MARÇO

- A BRADESPAR é constituída.

AGOSTO

- Início da negociação das ações da BRADESPAR em Bolsa de Valores.

SETEMBRO

- Oferta Pública de Aquisição de Ações de Emissão da BRADESPAR por seus acionistas controladores. A operação não apresentou ofertas vendedoras, demonstrando a confiança dos acionistas na Companhia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Alinhada às melhores práticas de governança corporativa, a BRADESPAR conduz os seus negócios de modo a garantir a responsabilidade corporativa na gestão e prestação de contas, comprometida com a transparência, equidade na relação com seus públicos e na valorização do patrimônio de seus acionistas.

Estes pilares são a base do programa de Relações com Investidores, que estabelece diálogo aberto com o mercado de capitais, analistas e acionistas por meio

da publicação periódica dos relatórios trimestrais e o relatório anual, de fatos relevantes e de boletins quinzenais para investidores.

A relação completa das atividades da Companhia, bem como informações adicionais sobre seus órgãos de governança e os documentos divulgados ao mercado, podem ser encontradas no site bradespar.com.br, em português e inglês.

Melhores Práticas:

- › Nível I de Governança Corporativa da B3.
- › Selo de Qualidade de Governança Corporativa: compõe a listagem do Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC).
- › Regimento Interno para Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal.
- › Código de Conduta Ética.
- › Política de Responsabilidade Socioambiental.

Índices e segmentos de listagem das ações da Bradespar:

BRAP4
B3 LISTED N1 | IGC B3

Tag along

Em caso de alienação do controle acionário, a BRADESPAR garante o direito de tag along a todos os acionistas em patamares superiores aos definidos pela legislação:

AÇÕES ORDINÁRIAS

TAG ALONG 100%

do valor recebido pelo controlador.

AÇÕES PREFERENCIAIS

TAG ALONG 80%

do valor pago por ação integrante do bloco de controle.




DIVIDENDOS SUPERIORES EM 10%

aos recebidos pelas ações ordinárias.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o responsável por determinar e conduzir a política estratégica e a gestão de riscos da BRADESPAR e tomar decisões relevantes para os negócios. Pode ter de três a 12 membros, eleitos em Assembleia Geral, com mandato unificado de um ano e reeleição permitida.

Também é responsável por supervisionar a Diretoria Executiva, eleger seus integrantes e monitorar a implementação das políticas e diretrizes. As atribuições completas do Conselho estão previstas no Estatuto Social e no Regimento Interno.


 **COMPOSIÇÃO:**
8 membros

 **MANDATO:**
1 ano

- › **Luiz Carlos Trabuco Cappi**
Presidente
- › **Carlos Alberto Rodrigues
Guilherme**
Vice-Presidente
- › **Denise Aguiar Alvarez**
Membro
- › **Milton Matsumoto**
Membro
- › **Fernando Jorge Buso
Gomes**
Membro
- › **Alexandre da Silva Glüher**
Membro
- › **Maurício Machado de
Minas**
Membro
- › **José Luiz Osório de
Almeida Filho**
Membro

Diretoria Executiva

Órgão corporativo dedicado à coordenação e execução das diretrizes propostas pelo Conselho de Administração e pela administração geral dos negócios. Pode ter de dois a cinco membros, eleitos pelo Conselho, com mandato unificado de um ano e reeleição permitida. As atribuições completas da Diretoria estão previstas no Regimento Interno.


 **COMPOSIÇÃO:**
2 membros


 **MANDATO:**
1 ano

- › **Fernando Jorge Buso Gomes**
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
- › **Marcelo Santos Dall'Occo**
Diretor

Órgãos de Controle

No modelo de Governança Corporativa da BRADESPAR, os órgãos de controle e fiscalização são representados pelo Conselho Fiscal, independente e de caráter não permanente, e pela Auditoria Externa (PwC), que trabalham para garantir o equilíbrio e a eficácia da gestão. Dessa forma, o Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. As atribuições completas do Conselho Fiscal estão previstas no Regimento Interno.

 **COMPOSIÇÃO:**
5 membros
+ 4 suplentes

 **MANDATO:**
Sem mandato fixo

- › **Ariovaldo Pereira**
Membro
- › **Joaquim Caxias Romão**
Membro
- › **João Carlos de Oliveira**
Membro
- › **Wilfredo João Vicente Gomes**
Membro
- › **Ricardo Reisen de Pinho**
Membro
- › **Vago**
Membro Suplente
- › **Clayton Neves Xavier**
Membro Suplente
- › **João Batista de Moraes**
Membro Suplente
- › **Fabio Guimarães Vianna**
Membro Suplente
- › **Raphael Manhães Martins**
Membro Suplente

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Apresentamos, a seguir, a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

ANO	(R\$ MIL)		
	2021	2020	VAR %
Equivalência Patrimonial	8.080.515	1.506.379	436,4%
Resultado Operacional	8.080.515	1.506.379	436,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(12.219)	(6.372)	91,8%
Despesas de Pessoal	(15.048)	(11.661)	29,0%
Receitas / Despesas Financeiras	61.987	6.455	860,3%
Despesas Tributárias	(25.943)	(27.749)	-6,5%
Outras Despesas Operacionais	(10.031)	-	-
Resultado Operacional antes do IR/CS	8.079.261	1.467.052	450,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-
Resultado do Período	8.079.261	1.467.052	450,7%

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da VALE.

Em 2021, registrou receita operacional recorde de R\$ 8,1 bilhões, com crescimento de R\$ 6,6 bilhões em relação ao acumulado dos 12 meses do ano anterior.

Ressalte-se o robusto desempenho da VALE no ano que se encerrou, com destaque para a expressiva geração de caixa — impulsionada por melhorias nos preços dos produtos comercializados —, rigorosa disciplina na alocação de capital e melhores resultados obtidos nos segmentos de minerais ferrosos e cobre.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da BRADESPAR, no exercício que se encerrou, atingiu o valor positivo de R\$ 62,0 milhões, decorrente, principalmente, de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete a continuidade da posição líquida de caixa da Companhia, na medida que liquidou todo o endividamento financeiro em exercícios anteriores.

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativa

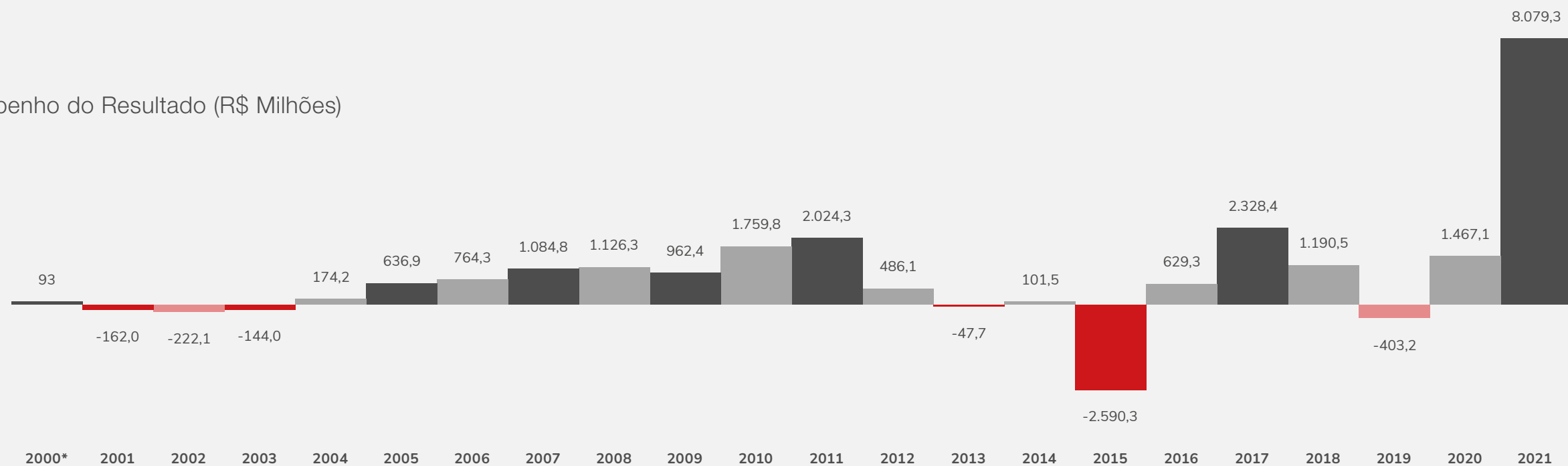
As despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram, em 2021, R\$ 27,3 milhões.

Resultado do Exercício

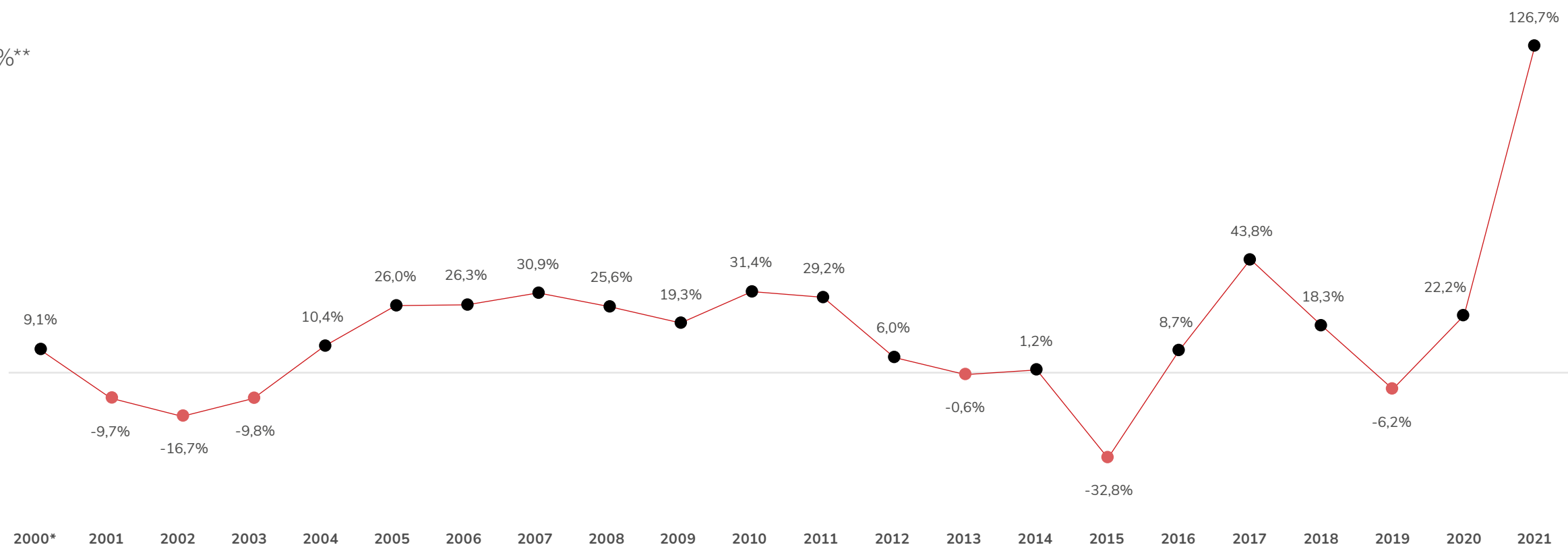
Em 2021, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 8,1 bilhões, 450,7% superior ao mesmo período do ano anterior. O robusto desempenho, conforme demonstrado no gráfico abaixo, é o melhor resultado da história da Companhia, reflexo do excelente resultado apresentado pela VALE. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 126,7%.



Desempenho do Resultado (R\$ Milhões)



ROAE - %**



* Corresponde a 10 meses de atividades
 ** ROAE = Lucro Líquido / Patrimônio Líquido Médio - Não considera o efeito do ajuste de avaliação patrimonial registrado no Patrimônio Líquido.



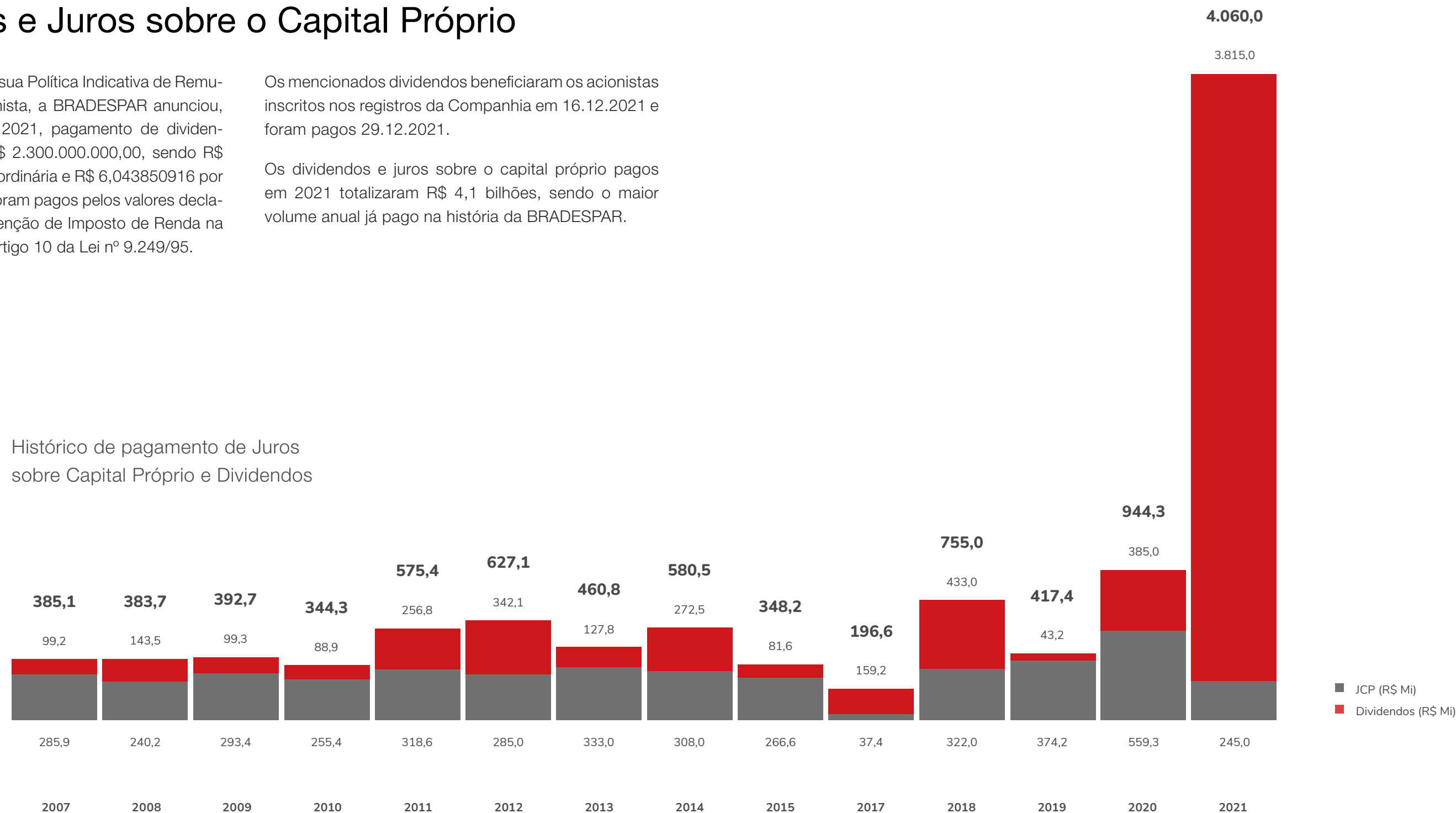
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Em consonância com a sua Política Indicativa de Remuneração Anual ao Acionista, a BRADESPAR anunciou, em 29 de outubro de 2021, pagamento de dividendos no montante de R\$ 2.300.000.000,00, sendo R\$ 5,494409924 por ação ordinária e R\$ 6,043850916 por ação preferencial, que foram pagos pelos valores declarados, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95.

Os mencionados dividendos beneficiaram os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 16.12.2021 e foram pagos 29.12.2021.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos em 2021 totalizaram R\$ 4,1 bilhões, sendo o maior volume anual já pago na história da BRADESPAR.

Histórico de pagamento de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos



MERCADO DE CAPITAIS

Perfil

Desde a sua constituição, em 2000, as ações do capital social estão listadas na



CÓDIGOS

BRAP3 (ON)

BRAP4 (PN)

e seus títulos são negociados, em Euros, por meio do Programa de *Depository Receipts* (GDRs), no



Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri, na Espanha.

As ações são listadas no **NÍVEL I de Governança Corporativa da B3** (desde 2001) e integram dois índices de destaque:

Ibovespa

inclui as companhias mais líquidas do mercado brasileiro.

Índice de Governança Corporativa (IGC)

inclui as companhias que assumiram compromisso com elevados padrões de governança corporativa.



RECONHECIMENTO

Em julho de 2021, recebeu o Prêmio Broadcast Empresas na categoria especial Small Cap.

Desempenho das ações

BRAP4

+16%

de R\$ 21,59 ao final de 2020 para R\$ 24,99 ao final de 2021.

BRAP3

+15%

de R\$ 18,87 ao final de 2020 para R\$ 21,78 ao final de 2021.

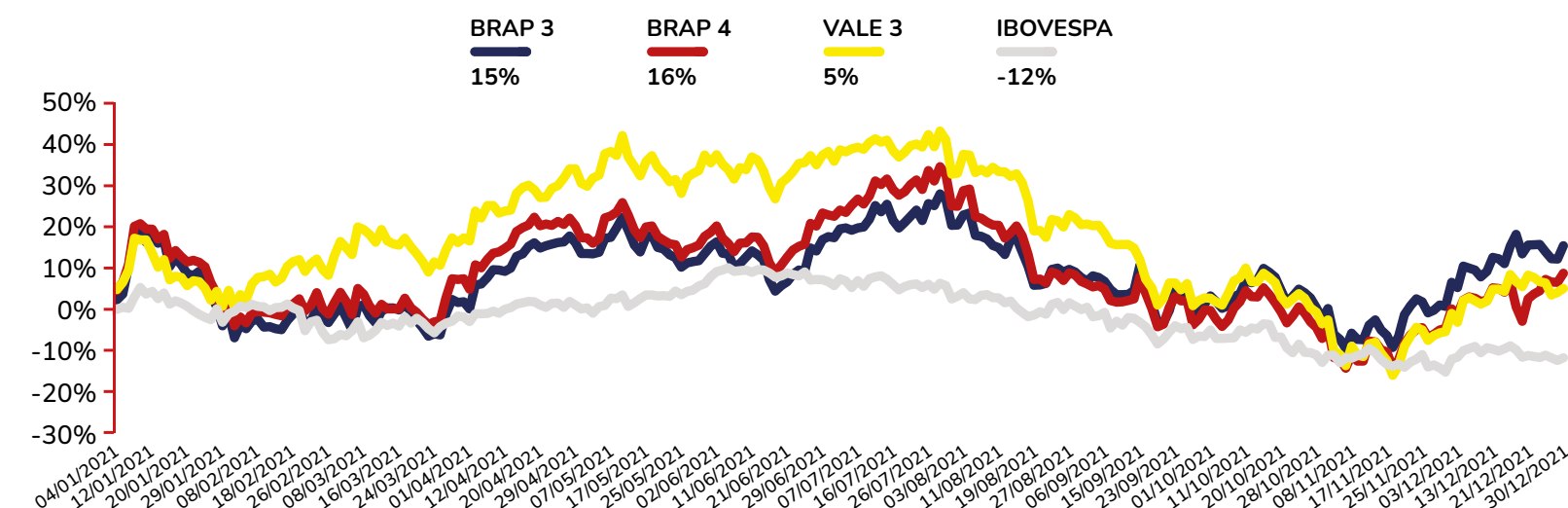
VALE3

+5%

IBOVESPA

-12%

Desempenho das ações na B3 em 2021



Fonte: Economática

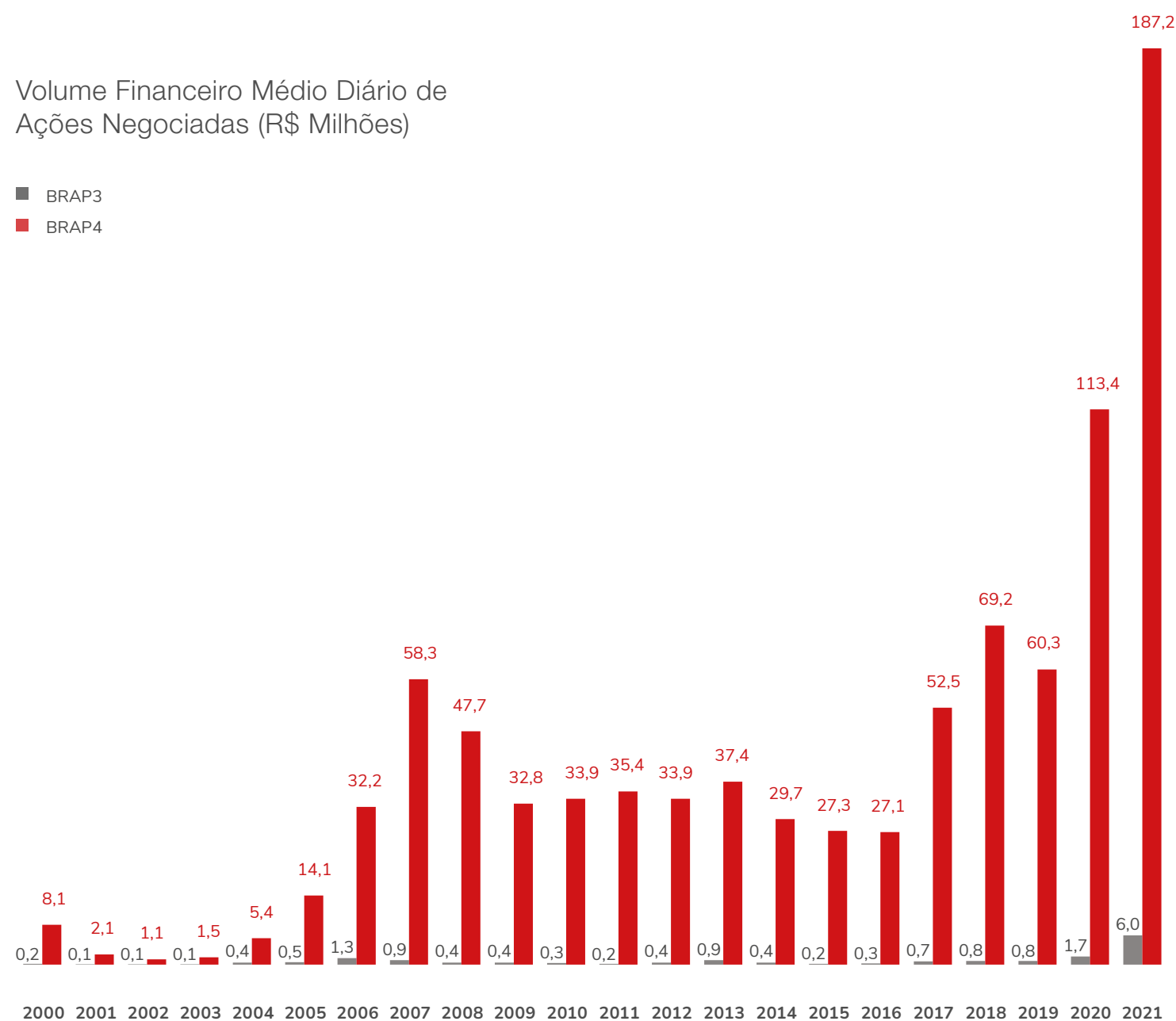
Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio.

LIQUIDEZ

A média diária do volume de ações preferenciais de emissão da BRADESPAR (BRAP4) negociadas em 2021 foi de R\$ 187,2 milhões, enquanto a média diária de negócios realizados com BRAP4, na B3, foi de 15.222.

Volume Financeiro Médio Diário de Ações Negociadas (R\$ Milhões)

■ BRAP3
■ BRAP4



Prêmio/ desconto

Ao final de 2021, o valor de mercado da participação na VALE, detida pela BRADESPAR, alcançou R\$ 12,7 bilhões. O valor de mercado da BRADESPAR, em relação ao da VALE, apresentou desconto de 27,9%, ou seja, o valor de mercado da BRADESPAR equivale a 72,1% do valor líquido de seus ativos.

Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR X Valor de Mercado da BRADESPAR

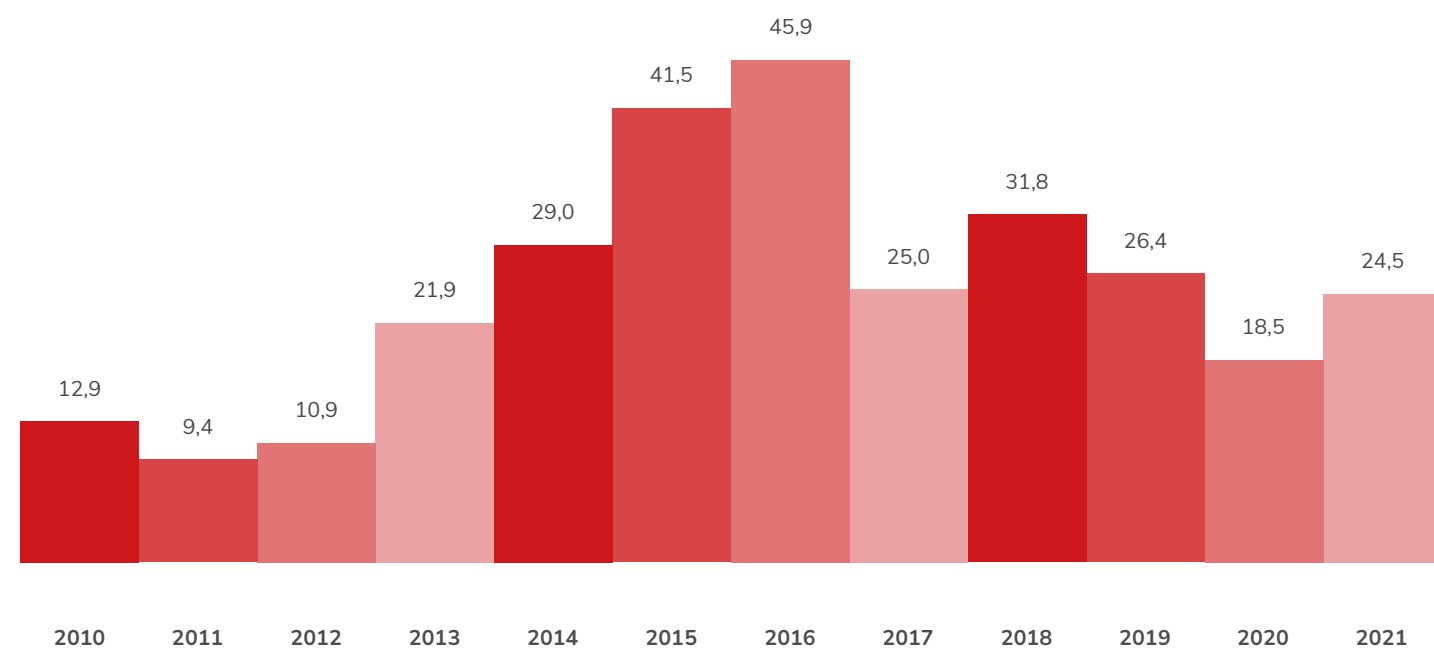
(preços de fechamento em 30/12/2021)

PARTICIPAÇÃO DA BRADESPAR

COMPANHIAS	COTAÇÃO (R\$/AÇÃO)	QTDE DE AÇÕES	% DO CAPITAL TOTAL (3)	VALOR DE MERCADO (R\$ MIL)	VALOR DE MERCADO (US\$ MIL)	VALOR DE MERCADO (EURO MIL)
VALE ON	77,96	163.252.389	3,34%	12.727.156	2.282.366	2.014.267
Valor Total dos Ativos da BRADESPAR (A)				12.727.156	2.282.366	2.014.267
Caixa Líquido da BRADESPAR (B) (1)				291.441	52.264	46.125
Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR (C) = (A) + (B)				13.018.597	2.334.630	2.060.392
Valor de Mercado da BRADESPAR (D)				9.380.537	1.682.215	1.484.614
Ações Ordinárias (BRAP3)	21,78	137.989.898		3.005.420	538.963	475.654
Ações Preferenciais (BRAP4)	24,99	255.106.712		6.375.117	1.143.252	1.008.960
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e Valor de Mercado BRADESPAR (C) - (D)				3.638.060	652.415	575.778
DESCONTO (2)				27,9%		

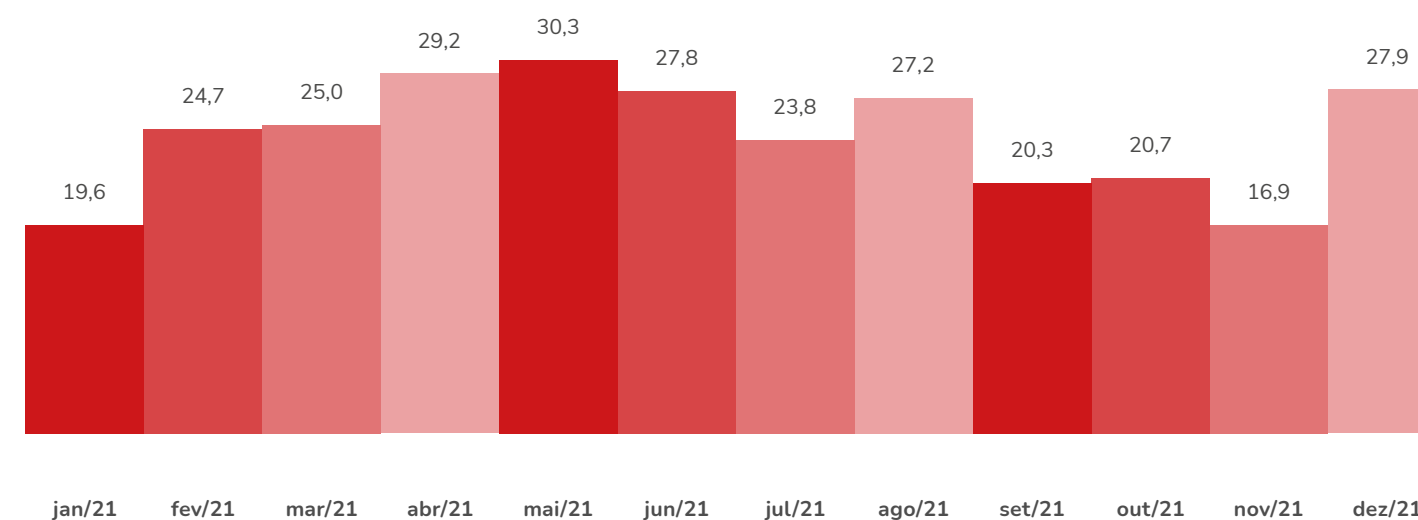
(1) Caixa Líquido em 30/12/2021 (2) $\frac{\text{Valor de mercado da BRADESPAR}}{\text{Valor dos Ativos} + \text{Caixa Líquido}} - 1$. (3) Não considera ações em tesouraria.

Histórico do Desconto entre Valor Líquido dos Ativos e o Valor de Mercado da BRADESPAR



Média entre os descontos ao final de cada mês.

Histórico do Desconto ao longo de 2021



Desconto no último dia útil de cada mês.

INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA INVESTIDA



Entre as maiores e mais valorizadas empresas da América Latina, a VALE está presente em cerca de 25 países, distribuídos pelos cinco continentes, e atua nos negócios de mineração (produção e comercialização), operações logísticas, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos, além de geração de energia.

Em 2021, a BRADESPAR continuou com foco no acompanhamento das atividades e nas definições estratégicas da VALE por meio de representação no Conselho de Administração e nos diversos Comitês de Assessoramento e, nesse âmbito, tem prestado sua contribuição para o contínuo aperfeiçoamento da Governança da Companhia, visando os melhores padrões de segurança e sustentabilidade, rentabilidade e eficiência operacional.

No ano que se encerrou, a VALE registrou EBITDA ajustado de R\$ 168,1 bilhões, 82,2% acima de 2020, devido, principalmente, a maiores preços realizados de minerais ferrosos e cobre. O lucro líquido foi de R\$ 121,2 bilhões, aumento de 354% em relação ao ano anterior.

Destaca-se que, após a conclusão do programa de recompra de 270 milhões de ações de emissão da própria Companhia, ao longo de 2021 (US\$ 5,3 bilhões), foi aprovado pelo Conselho de Administração da VALE novo programa de recompra de até 200 milhões de ações e seus respectivos ADRs, ainda em execução, representando até 4,1% do número total de ações em circulação. Regido pela disciplina na alocação de capital, o programa é executado em um período de até 18 meses, demonstrando a confiança na gestão da empresa e no potencial de criar e distribuir valor de forma consistente. A Alta Administração da VALE considera o programa de recompra um dos melhores investimentos disponíveis para a empresa.

Por fim, em 2021, a remuneração aos acionistas atingiu recorde US\$ 23,0 bilhões, além de US\$ 3,5 bilhões aprovados em fevereiro de 2022, cujo pagamento foi realizado em março do ano corrente.

PERSPECTIVAS

Por investir em um setor estratégico para a economia do País — a mineração — os horizontes da BRADESPAR são essencialmente promissores. Atualmente, a totalidade de seus investimentos se concentram na VALE, empresa de presença e posicionamento global.

Em 2021, a VALE expandiu sua diferenciação competitiva com um portfólio de produtos de alta qualidade.

Além disso, ampliou sua supervisão sobre temas essenciais à sustentabilidade, com especial atenção às melhores práticas de governança corporativa, à segurança das pessoas, das comunidades e dos seus ativos, representando, portanto, alicerces seguros para que a BRADESPAR continue mantendo seu ritmo de distribuição de bons resultados.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

SEDE

Avenida Paulista, 1450 – 9º andar
01310-917 – São Paulo – SP
Fone: 55 11 2178-6300
bradespar@bradespar.com

ATENDIMENTO

AOS ACIONISTAS

Banco Bradesco S.A.
Departamento de Ações e Custódia
Cidade de Deus, s/n – Prédio Amarelo -
2º andar – Vila Yara
06029-900 – Osasco – SP
0800 701 1616
dac.acecustodia@bradesco.com.br

AUDITORES

INDEPENDENTES

PwC (PriceWaterhouseCoopers)

PUBLICAÇÕES E INFORMAÇÕES

As Demonstrações Financeiras da BRADESPAR são elaboradas em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são publicadas anualmente em jornais de grande circulação: Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico. Todos os fatos relevantes da

BRADESPAR e suas subsidiárias são divulgados aos acionistas, às autoridades, aos órgãos reguladores do Brasil e ao mercado em geral. As Demonstrações Financeiras trimestrais e anuais, apresentações, fatos relevantes e avisos aos acionistas estão disponíveis no site bradespar.com.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - EM MILHARES DE REAIS

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE	292.446	413.166	294.709	415.287
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	292.446	60.442	294.709	62.563
Dividendos a Receber	-	352.724	-	352.724
NÃO CIRCULANTE	7.261.378	10.884.680	7.259.115	10.882.559
Realizável a Longo Prazo	209.689	189.918	209.689	189.918
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12a)	209.689	182.201	209.689	182.201
'Depósitos Judiciais (Nota 9b - item I)	-	7.717	-	7.717
Investimentos (Nota 8)	7.050.664	10.693.863	7.048.401	10.691.742
Imobilizado	56	80	56	80
Intangíveis	969	819	969	819
TOTAL	7.553.824	11.297.846	7.553.824	11.297.846

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM MILHARES DE REAIS

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE	50.042	35.192	50.042	35.192
Impostos e Contribuições a Recolher	973	279	973	279
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	17.326	5.852	17.326	5.852
Outras Obrigações (Nota 16c)	31.641	28.990	31.641	28.990
Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamentos	102	71	102	71
NÃO CIRCULANTE	972	7.843	972	7.843
Provisões e Obrigações Legais (Nota 9b - item II)	-	7.022	-	7.022
Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamentos	972	821	972	821
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	7.502.810	11.254.811	7.502.810	11.254.811
Capital Social Integralizado (Nota 10a)	500.125	4.100.000	500.125	4.100.000
Reservas de Lucros (Nota 10b)	5.257.761	2.898.625	5.257.761	2.898.625
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.744.924	4.256.186	1.744.924	4.256.186
TOTAL	7.553.824	11.297.846	7.553.824	11.297.846

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - EM MILHARES DE REAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	8.017.432	1.461.081	8.017.274	1.460.597
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	8.080.657	1.506.849	8.080.515	1.506.379
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16d)	(27.251)	(18.019)	(27.267)	(18.033)
Despesas Tributárias	(25.943)	(27.749)	(25.943)	(27.749)
Outras Despesas operacionais	(10.031)	-	(10.031)	-
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	8.017.432	1.461.081	8.017.274	1.460.597
Receitas Financeiras (Nota 11)	62.744	12.340	62.902	12.824
Despesas Financeiras (Nota 11)	(915)	(6.369)	(915)	(6.369)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	8.079.261	1.467.052	8.079.261	1.467.052
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 12)	-	-	-	-
LUCRO DO EXERCÍCIO	8.079.261	1.467.052	8.079.261	1.467.052
Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por ação):				
Resultado por ação ordinária	19,30	3,96		
Resultado por ação preferencial	21,23	4,35		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - EM MILHARES DE REAIS

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.079.261	1.467.052
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(2.511.262)	901.904
Reflexos de Empresas com Influência Significativa	(2.511.262)	901.904
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	5.567.999	2.368.956

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM MILHARES DE REAIS

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		LEGAL	ESTATUTÁRIA			
SALDOS EM 31.12.2019	4.100.000	227.610	1.878.963	3.354.282	-	9.560.855
Lucro do Período	-	-	-	-	1.467.052	1.467.052
Reflexos de Empresas com Influência Significativa				901.904	-	901.904
Outros Resultados Abrangentes						2.368.956
Destinações:						
- Reservas	-	73.353	718.699	-	(792.052)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(290.000)	(290.000)
- Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(385.000)	(385.000)
SALDOS EM 31.12.2020	4.100.000	300.963	2.597.662	4.256.186	-	11.254.811
Aumento de Capital com Reservas	1.660.125	(300.963)	(1.359.162)	-	-	-
Redução de Capital	(5.260.000)	-	-	-	-	(5.260.000)
Lucro do Período	-	-	-	-	8.079.261	8.079.261
Reflexos de Empresas com Influência Significativa				(2.511.262)	-	(2.511.262)
Outros Resultados Abrangentes						5.567.999
Destinações:						
- Reservas	-	403.963	4.853.798	-	(5.257.761)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(245.000)	(245.000)
- Dividendos Intermediários	-	-	(1.238.500)	-	(2.576.500)	(3.815.000)
SALDOS EM 31.12.2021	500.125	403.963	4.853.798	1.744.924	-	7.502.810

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - EM MILHARES DE REAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(12.127)	(6.282)	(12.143)	(6.296)
Serviços de terceiros	(10.740)	(5.284)	(10.756)	(5.284)
Outros	(1.387)	(998)	(1.387)	(1.012)
VALOR ADICIONADO	(12.127)	(6.282)	(12.143)	(6.296)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.143.401	1.519.189	8.143.417	1.519.203
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.080.657	1.506.849	8.080.515	1.506.379
Receitas Financeiras	62.744	12.340	62.902	12.824
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	8.131.274	1.512.907	8.131.274	1.512.907
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	8.131.274	1.512.907	8.131.274	1.512.907
Pessoal	13.325	10.484	13.325	10.484
Impostos, Taxas e Contribuições	27.742	29.002	27.742	29.002
Remuneração de Capitais de Terceiros	10.946	6.369	10.946	6.369
Remuneração de Capitais Próprios	8.079.261	1.467.052	8.079.261	1.467.052
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	2.821.500	675.000	2.821.500	675.000
Lucros Retidos / Prejuízo Compensado do Exercício	5.257.761	792.052	5.257.761	792.052

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO - EM MILHARES DE REAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.079.261	1.467.052	8.079.261	1.467.052
Ajustes ao Lucro Líquido/Prejuízo antes dos Impostos:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(8.080.657)	(1.506.849)	(8.080.515)	(1.506.379)
Juros, Variações Monetárias, Líquidas	(4.989)	1.468	(4.989)	1.469
Outros	(17)	(34)	(17)	(34)
Resultado Ajustado	(6.402)	(38.363)	(6.260)	(37.892)
(Aumento) / Redução em Outros Ativos	13.531	65.162	13.531	65.162
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações	1.071	(38.749)	1.071	(38.749)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	4.268.473	1.016.954	4.268.473	1.016.954
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(24.365)	(26.929)	(24.365)	(26.929)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	4.252.308	978.075	4.252.450	978.546
Fluxo de Caixa nas Atividades de Financiamentos				
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(4.020.304)	(887.855)	(4.020.304)	(887.855)
Liquidação de Debêntures	-	(229.313)	-	(229.313)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(4.020.304)	(1.117.168)	(4.020.304)	(1.117.168)
(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	232.004	(139.093)	232.146	(138.622)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	60.442	199.535	62.563	201.185
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	292.446	60.442	294.709	62.563
(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	232.004	(139.093)	232.146	(138.622)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo - SP, Brasil.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho da Administração em 28 de março de 2022.

As participações societárias diretas são:

a) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

b) VALE S.A. (VALE)

VALE S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (VALE3), Nova York – NYSE (VALE) e Madri – LATIBEX (XVALO).

A VALE S.A. em conjunto com suas controladas são produtores globais de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos, também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, manganês, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto (Nota 18).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas da BRADESPAR, que inclui a controlada MILLENNIUM, em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, correlata à norma internacional IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e seus pronunciamentos técnicos – CPCs, interpretações – ICPCs e orientações – OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BRADESPAR evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR avalia os eventos subsequentes até a data da aprovação das demonstrações contábeis pelo Conselho de Administração.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de sua controlada. O investimento, com influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e está apresentado na Nota 8.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem a sua controlada MILLENNIUM.

b) Informações por segmento

A BRADESPAR é uma *holding* que tem por objeto social e único segmento de negócio, a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da BRADESPAR.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informado pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

e) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que

contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

● Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

● Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

● Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços observados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade a perda por *impairment*, é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2021 e de 2020, não houve perda por *impairment*.

g) Passivos financeiros

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata*” dia), quando aplicável.

A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria:

- Custo Amortizado que são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado.

h) Investimentos

As participações nos investimentos em controlada e com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 8.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM no 594/09, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de flu-

xos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos

Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, estão apresentados na Nota 9.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como, as informações sobre crédito tributário não ativado, estão apresentados na Nota 12.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

l) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021:

- A Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução CVM nº 18/2021, apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desreconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge accounting*, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. Não foram identificados impactos na Companhia.
- O Pronunciamento Técnico CPC para Entidades em Liquidação - CPC LIQUIDAÇÃO, aprovado pela Resolução CVM nº 28 de 16 de Abril de 2021, que tem o objetivo de orientar e harmonizar as práticas para as entidades que ingressam em regime de não continuidade normal de atividades, em especial as em processo de liquidação e, mais especificamente, as em processo falimentar. A norma entrou em vigor em 1º de junho de 2021, sendo permitida sua adoção antecipada. Não apresenta impactos na Companhia.
- A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 18, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

(CPC), aprovada pela Resolução CVM 41/2021, apresenta alterações no CPC 06 (R2) - Arrendamentos (correlacionado ao IFRS 16) sobre a prorrogação do prazo de aplicação do expediente prático de Benefícios Relacionados à Covid-19 concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento para pagamentos devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. A alteração é válida para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de abril de 2021. Não apresenta impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 19, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovada pela Resolução CVM 58/21, apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) em decorrência de modificações aprovadas pelo IASB no documento do ciclo de melhorias 2018- 2020 (*Annual Improvements 2018-2020*) e nas normas IAS 16 (CPC 27), IFRS 3 (CPC 15 R1) e IAS 37 (CPC 25). A Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após esta data. Não foram identificados impactos na Companhia.
- CPC 50 – Contratos de Seguros (correlacionado ao IFRS 17), aprovado pela Resolução CVM nº 42/2021. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. A norma entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.

6. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa *holding* na qual a origem do resultado deve-se, basicamente, a equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa. Portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, decorre, basicamente, caixa e equivalentes de caixa e de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas

como “caixa e equivalentes de caixa”, uma vez que mantemos valores não significativos nessas aplicações, pois há distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas ao longo do ano.

● Perfil de risco de contrapartes

A Companhia utiliza, basicamente, análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento e sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALE, o principal investimento mantido pela Companhia, o qual nos proporciona o principal fluxo de caixa.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

Risco de mercado

A Companhia faz a avaliação de risco relacionados a mercado para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros. Atualmente não temos risco de mercado a ser reportado.

Risco operacional

A gestão de risco operacional que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Disponibilidades em moeda nacional	8.114	17	10.377	2.138
Fundos de investimento financeiro (1)	284.332	60.425	284.332	60.425
TOTAL	292.446	60.442	294.709	62.563

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados aos integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8. INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial da controladora são demonstrados a seguir:

EMPRESAS	CAPITAL SOCIAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	RESULTADO AJUSTADO	QUANTIDADE DE AÇÕES POSSUÍDAS (EM MIL)	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL %	EM 31 DE DEZEMBRO			
						TOTAL DOS INVESTIMENTOS		AJUSTES DECORRENTE DE AVALIAÇÃO (1)	
				ON		2021	2020	2021	2020
MILLENNIUM	11.919	2.263	142	-	100,00	2.263	2.121	142	470
VALE (2) (3) (4) (5)	77.300.000	221.593.260	121.227.595	163.252	3,18	7.048.401	10.691.742	8.080.515	1.506.379
TOTAL						7.050.664	10.693.863	8.080.657	1.506.849

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os impactos referente a redução de capital realizada em 17 de dezembro de 2021;

(2) As informações referentes a 31 de dezembro de 2021, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR;

(3) Em 17 de dezembro de 2021, a Bradespar alterou seu percentual de participação na VALE, em razão da redução de capital com a entrega das ações da VALE aos acionistas da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 15 de outubro de 2021;

(4) Avaliado pelo método de equivalência patrimonial do investimento na VALE S.A. Após o encerramento do acordo de acionistas da VALE S.A., a administração avaliou à luz do CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que define influência significativa como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto com outros acionistas, portanto a Bradespar mantém influência significativa na empresa investida, tendo em vista a presença de representantes e indicações no Conselho de Administração e em Comitês de assessoramento do Conselho de Administração; e

(5) Para maiores informações sobre investimento direto na VALE, ver a Nota 18.

b) Composição do investimento Consolidado avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

EMPRESA	EM 31 DE DEZEMBRO			
	TOTAL DOS INVESTIMENTOS		VALOR DE MERCADO (2)	
	2021	2020	2021	2020
VALE	5.303.477	6.435.556	12.727.126	25.702.167
VALE – ajuste reflexo (1)	1.744.924	4.256.186	-	-
TOTAL	7.048.401	10.691.742	12.727.126	25.702.167

(1) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, refere-se, basicamente, as diferenças de câmbio na conversão de moeda estrangeira para a moeda funcional das operações realizadas pela VALE;

(2) Contempla os efeitos da redução de Capital da Bradespar realizada em 17 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 5.260.000, sendo R\$ 3.397.379 no investimento - VALE e R\$ 1.862.621 no VALE - ajuste reflexo, descrita na Nota 10 item a; e

(3) Valor de mercado da participação na VALE, já ajustado pela redução de Capital da Bradespar com entrega de ações da VALE aos acionistas de Bradespar, em 17 de dezembro de 2021.

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos, contabilmente, ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS – R\$ 12.421 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 12.269): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (“PIS”) – R\$ 2.691 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 2.658): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos Termos da Lei Complementar nº 7/70 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

As empresas que compõem o Consolidado são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

l) Provisões fiscais

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan Participações Ltda. (BRADESPLAN), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO) em maio de 2006, era responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada BRADESPLAN (31 de dezembro de 2020 – R\$ 7.022).

Neste exercício, com o encerramento do processo de forma desfavorável, procedemos a realização da provisão com a baixa do respectivo depósito, uma vez que o mesmo encontra-se em procedimentos de conversão em renda à União Federal (31 de dezembro de 2020 – R\$ 7.717).

II) Movimentação das provisões fiscais:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	7.022	6.901
Atualização monetária	806	121
Baixa	(7.828)	-
Saldo no final do exercício	-	7.022

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso: remoto, possível ou provável.

O processo classificado como possível:

l) A Bradespar é parte em uma ação judicial promovida pela Litel Participações S.A. (“Litel”), que tramitou, em primeira instância, sob o nº 0281248-69.2018.8.19.0001, perante o Juízo da 10ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Nessa ação a Litel busca a condenação da Bradespar no pagamento do valor de R\$ 1,4 bilhão a título de reembolso da quantia que pagou à Elétron S.A., no encerramento de ação movida contra a Litel e a Bradespar. A Litel alega suposto descumprimento, por parte da Bradespar, do Contrato de Indenização, celebrado em 05 de janeiro de 2001.

Além de contestar a ação, a Bradespar apresentou reconvenção buscando compelir a Litel a lhe reembolsar o valor de R\$ 705 milhões, com base nos termos do citado Contrato de Indenização. Em

sentença proferida em 04 de dezembro de 2019, o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação ajuizada pela Litel e parcialmente procedente a reconvenção em R\$ 470 milhões.

Em 27 de janeiro de 2021, a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ – julgou a Apelação apresentada pela Litel. Nesse julgamento, por unanimidade, a Câmara deu provimento à Apelação, de modo que a decisão de primeiro grau foi reformada para acatar o pleito da Litel. O mesmo julgamento considerou improcedente a reconvenção apresentada pela Bradespar contra a Litel.

A Bradespar apresentou recurso de Embargos de Declaração no TJRJ, os quais foram acolhidos apenas para reduzir a condenação a título de honorários de sucumbência, fixando-a em 2% sobre o valor da condenação. Contra a decisão do TJRJ foram interpostos recursos especiais por ambas as partes ao Superior Tribunal de Justiça.

O recurso especial da Bradespar objetiva a reversão total da decisão do TJRJ, e o recurso especial da Litel questiona a redução dos honorários de sucumbência.

Ambos os recursos foram admitidos pela 3ª Vice Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, onde foram distribuídos à 4ª Turma, à relatoria do Ministro Antonio Carlos Ferreira.

A Administração e os advogados que patrocinam a demanda mantêm como possível a probabilidade de perda da Bradespar.

d) A Companhia não possui contingências trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2021	2020
Ordinárias	137.989.898	122.171.449
Preferenciais	255.106.712	225.862.596
TOTAL	393.096.610	348.034.045

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 14 de setembro de 2021, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.660.125, elevando-o de R\$ 4.100.000 para R\$ 5.760.125, com bonificação de ações, mediante a capitalização do saldo da conta “Reservas de Lucros – Reserva Legal” e do saldo da conta “Reservas de Lucros – Reserva Estatutária”, com a emissão de 45.062.565 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 15.818.449 ordinárias e 29.244.116 preferenciais.

Em 15 de outubro de 2021, a Bradespar comunicou ao mercado que foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do Capital Social, no montante de R\$ 5.260.000, sem cancelamento de ações, mediante a entrega aos acionistas da Companhia de ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale, pelo respectivo valor contábil, que foi apurado após a divulgação das demonstrações contábeis da Vale e Bradespar, na data-base de 30.9.2021, a fim de ajustar o valor do Capital Social da Companhia.

b) Reservas de Lucros

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2021	2020
Reserva Legal (i)	403.962	300.963
Reserva Estatutária (ii)	4.853.799	2.597.662
TOTAL	5.257.761	2.898.625

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei no 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

Em 25 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 915.000 utilizando parte do saldo da conta “Reservas de Lucros – Estatutária”, sendo 2,468833979 por ação ordinária e 2,715717377 por ação preferencial, não havendo retenção de imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, e juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 245.000 a serem computados no cálculo dos dividendos obri-

gatórios do exercício de 2021 previsto no Estatuto Social, sendo 0,661053907 por ação ordinária e 0,727159298 por ação preferencial, sendo os valores líquidos de 0,561895821 por ação ordinária e 0,618085403 por ação preferencial, considerando a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados de tributação, que foram pagos em 12 de maio de 2021.

Em 12 de julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 600.000, sendo R\$ 323.500 utilizando parte do saldo da conta "Reservas de Lucros – Estatutária" e R\$ 276.500 a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2021 previsto no Estatuto Social, sendo 1,618907527 por ação ordinária e 1,780798280 por ação preferencial, não havendo retenção de imposto

de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, que foram pagos em 26 de julho de 2021.

Em 08 de novembro de 2021, a BRADESPAR comunicou ao mercado, em consonância com o Fato Relevante divulgado em 29 de outubro de 2021, que o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 2.300.000 a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2021 previsto no Estatuto Social, sendo 5,494409924 por ação ordinária e 6,043850916 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, que foram pagos em 29 de dezembro de 2021.

Foram pagos e provisionados juros sobre capital próprio/dividendos, conforme segue:

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado

nos termos da Lei Societária. O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrado a seguir:

	R\$ MIL	% ⁽¹⁾
Lucro líquido do exercício	8.079.261	
(-) Reserva legal	(403.962)	
Base de cálculo ajustada	7.675.299	
Juros sobre o capital próprio pagos	245.000	
(-) Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(36.750)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	208.250	
Dividendos pagos (2)	2.576.500	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2021	2.784.750	36,3
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2020	631.500	45,3

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos aplicado sobre a base de cálculo ajustada; e
(2) Não contempla os dividendos pagos com reservas de lucros no montante de R\$ 1.238.500.

DESCRIÇÃO	POR AÇÃO (BRUTO)		VALOR BRUTO	IRRF (15%)	VALOR LÍQUIDO
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS			
Juros sobre capital próprio pagos	0,782471	0,860719	290.000	43.500	246.500
Dividendos pagos	1,038798	1,142678	385.000	-	385.000
TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1,821269	2,003397	675.000	43.500	631.500
Juros sobre capital próprio pagos	0,661053	0,727159	245.000	36.750	208.250
Dividendos pagos	9,582151	10,540366	3.815.000	-	3.815.000
TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	10,243204	11,267525	4.060.000	36.750	4.023.250

11. RESULTADO FINANCEIRO

	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	54.560	6.623	54.561	6.629
Juros sobre impostos a recuperar	5.938	4.835	5.938	4.835
Outras	2.246	882	2.403	1.360
	62.744	12.340	62.902	12.824
Despesas Financeiras				
Despesas com juros de debêntures	-	(6.156)	-	(6.156)
Outras	(915)	(213)	(915)	(213)
	(915)	(6.369)	(915)	(6.369)
Resultado Financeiro Líquido	61.829	5.971	61.987	6.455

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos a Compensar e a Recuperar

Os impostos a compensar e a recuperar, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 209.689 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 182.201), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social do exercício atual e exercícios anteriores e de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	8.079.261	1.467.052	8.079.261	1.467.052
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(2.746.948)	(498.798)	(2.746.948)	(498.798)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em controlada e investimento com influência significativa	2.747.423	512.329	2.747.375	512.169
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	9	(1.667)	57	(1.507)
Juros sobre o capital próprio recebidos	(83.514)	(99.663)	(83.514)	(99.663)
Juros sobre o capital próprio pagos	83.300	98.600	83.300	98.600
Outros (1)	(270)	(10.801)	(270)	(10.801)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-	-	-

(1) inclui, substancialmente, realização de crédito tributário não ativado.

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2021, na Controladora e no Consolidado, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, não ativados totalizam R\$ 331.037 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 332.351).

13. PARTES RELACIONADAS

I) Em 31 de dezembro de 2021, na Controladora e Consolidado, as transações com partes relacionadas referem-se ao recebimento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 208.785 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 602.496, sendo parte dos juros sobre capital próprio, no montante R\$ 353.338 deliberados em 19 de dezembro de 2019) e dividendos recebidos no montante de R\$ 4.059.688, sendo parte dos dividendos, no montante R\$ 352.724 deliberados em 31 de dezembro de 2020 (31 de Dezembro de 2020 - R\$ 414.458), proveniente do nosso investimento na VALE.

II) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da BRADESPAR.

Para 2021, foi determinado o valor máximo de R\$ 9.480 para remuneração dos Administradores, sendo que parte deste, refere-se à contribuição previdenciária para o INSS, que constitui ônus da Companhia e R\$ 5.100 para custear planos de previdência privada.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
	2021	2020
Remuneração e Contribuição previdenciária para o INSS	9.318	6.163
TOTAL	9.318	6.163

Benefícios pós-emprego

	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
	2021	2020
Planos de previdência complementar de contribuição definida	4.705	4.597
TOTAL	4.705	4.597

Outros benefícios

A BRADESPAR não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, para seu pessoal-chave da Administração.

III) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2021	2020
Ações ordinárias	0,1139%	0,2741%
Ações preferenciais	0,3240%	0,4766%
TOTAL DE AÇÕES	0,2502%	0,4055%

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) A classificação dos instrumentos financeiros é demonstrada a seguir:

- I) Ativos Financeiros na Controladora, referem-se à Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante de R\$ 292.446 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 60.442) e no Consolidado no montante de R\$ 294.709 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 62.563); e
- II) Passivos Financeiros – Custo Amortizado na Controladora e Consolidado, referem-se à Outras Obrigações no montante de R\$ 25.358 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 25.366) Nota 16c.

b) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

FATORES DE RISCOS	DEFINIÇÃO	CENÁRIOS					
		EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021			EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(2)	(470)	(926)	(1)	(26)	(51)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		(2)	(470)	(926)	(1)	(26)	(51)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		(2)	(470)	(926)	(1)	(26)	(51)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,80% foi aplicado um cenário de 11,81% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,80% foi utilizado um cenário de 14,74% a.a.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,80% foi utilizado um cenário de 17,69% a.a.

15. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos caixa e equivalentes de caixa e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis considerando que aproxima-se, significativamente, de seus valores de curva, sem risco significativo de mercado, de crédito e de liquidez. A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo.

A Companhia não possui ativos e passivos mensurados a valor justo com base nos níveis 1, 2 e 3.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020;
- b) Intangível na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 969 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 819), referem-se ao contrato de aluguel de imóveis;
- c) Outras Obrigações, na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$ 31.641 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 28.990) referem-se, basicamente, às frações de ações do grupamento, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na B3, em julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas;

- d) Despesas Gerais e Administrativas na Controladora e Consolidado, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 15.048 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 11.661) e Outras Despesas Gerais e Administrativas na Controladora, no montante de R\$ 12.203 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 6.358) e no Consolidado no montante de R\$ 12.219 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 6.372); e
- e) A Bradespar é uma Holding e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em investimento no qual tem influência significativa, investimento esse que não teve impactos significativos em suas operações até o momento, decorrentes da pandemia de COVID-19. Contudo, caso a pandemia se prolongue ou aumente a intensidade nas regiões onde a investida opera, podem ocorrer efeitos futuros, os quais poderão impactar as condições financeiras ou resultados das operações da investida em períodos subsequentes, sem entretanto ser possível atualmente prever os possíveis impactos. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 24 de fevereiro de 2022, A Vale comunicou ao mercado, que o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de 3,719256588 por ação, e foram pagos em 16 de março de 2022.

18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O INVESTIMENTO COM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

I) Apresentamos, a seguir, o sumário do Balanço Patrimonial Consolidado e Resultado Consolidado divulgado pela empresa VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR:

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MILHÕES	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2021	2020
ATIVO		
Circulante	119.332	126.805
Não Circulante:		
Realizável a Longo Prazo	85.743	78.623
Investimentos	9.771	10.557
Imobilizado	233.995	213.836
Intangível	50.287	48.309
TOTAL	499.128	478.130
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	82.836	75.838
Não Circulante	219.234	221.306
Patrimônio Líquido	197.058	180.986
TOTAL	499.128	478.130
Participação Direta	3,18%	5,56%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ MILHÕES	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
	2021	2020
Receita de vendas, líquida	293.524	206.098
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(117.267)	(90.948)
Lucro Bruto	176.257	115.150
Despesas operacionais	(27.975)	(47.383)
Resultado Financeiro	17.812	(24.152)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.947)	(5.210)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	159.147	38.405
Tributos sobre o lucro	(25.320)	(4.627)
Lucro líquido (Prejuízo) das operações continuadas	133.827	33.778
Operações Descontinuadas	(12.484)	(8.875)
Lucro líquido	121.343	24.903
Atribuído aos acionistas não controladores	115	(1.810)
Lucro líquido atribuído aos acionistas da VALE	121.228	26.713

II) Outras Informações

a) Rompimento da barragem de Brumadinho

Em 25 de janeiro de 2019, uma barragem de rejeitos ("Barragem I") rompeu na mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. O rompimento liberou um fluxo de rejeitos, destruindo algumas das instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando impacto no meio ambiente. Os rejeitos liberados causaram um impacto de cerca de 315 km de extensão, atingindo as proximidades do rio Paraopeba. O rompimento da barragem em Brumadinho ("evento") resultou em 270 fatalidades ou fatalidades presumidas, incluindo 6 vítimas ainda desaparecidas, e causou extensos danos materiais e ambientais na região.

Como consequência do rompimento da barragem, a Vale vem reconhecendo provisões para atender aos compromissos assumidos, indenizações individuais aos que foram afetados pelo evento, gastos com reparação das áreas impactadas e compensação à sociedade.

Acordo Global para Brumadinho

Em 4 de fevereiro de 2021, a Vale assinou um Acordo Judicial para Reparação Integral ("Acordo Global"), que estava sendo negociado desde 2019, com o Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e os Ministérios Públicos Federal e do Estado de Minas Gerais, para a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais decorrentes do rompimento da Barragem I. O Acordo Global foi homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em 4 de fevereiro de 2021 e a certidão de trânsito em julgado foi lavrada em 7 de abril de 2021.

Com o Acordo Global, os pedidos para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos coletivos e difusos contidos nas ações civis públicas movidas contra a Vale foram substancialmente resolvidos e os parâmetros para o cumprimento da reparação e compensação desses danos foram definidos.

As provisões são descontadas ao valor presente utilizando uma taxa observável que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos deste passivo na data de reporte da Vale. Neste ano, as provisões foram atualizadas principalmente pelo IPCA, conforme previsto nos termos do Acordo Global, resultando em um impacto de R\$1.798 milhões, reconhecido no resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(i) Obrigações de pagamento

As obrigações de pagamentos correspondem aos projetos de reparação socioeconômica e compensação socioambiental que serão executados e/ou geridos diretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça, principalmente voltados para a mobilidade urbana e fortalecimento do serviço público e projetos de iniciativa dos atingidos, além do programa de transferência de renda para os atingidos, que será implementado pelas Instituições de Justiça. Em outubro de 2021, a Vale pagou uma parcela única do programa de transferência de renda no montante de R\$4.383 milhões. O valor remanescente de R\$7.964 milhões representa o valor presente dos pagamentos fixos semestrais referentes ao restante das obrigações de pagamento, que serão realizados por um período médio de 5 anos.

(ii) Provisão para reparação socioeconômica e outros

O Acordo Global prevê projetos de reparação que serão realizados em Brumadinho e nos demais municípios atingidos da Bacia do Paraopeba. As ações para reparação socioeconômica também visarão o reforço às atividades produtivas da região afetada, através de medidas para maior diversificação econômica do município de Brumadinho, diminuindo a sua histórica dependência da mineração, e, para o restante da Bacia, criando ferramentas que suportem uma transformação da economia dos municípios impactados. Esses projetos serão executados diretamente pela Vale por um prazo médio de 5 anos.

As variações nos valores estimados para execução dos projetos, embora definidos no acordo, são de responsabilidade da Vale e alterações em relação aos orçamentos originais podem mudar o saldo da provisão no futuro.

(iii) Provisão para reparação e compensação socioambiental

O Acordo Global estabelece o regramento para o desenvolvimento do plano de reparação ambiental e projetos para a compensação dos danos ambientais já conhecidos. Tais medidas têm como objetivo remediar os danos causados, restituir os ecossistemas à situação anterior ao rompimento, restaurar a infraestrutura local, reparar perdas sociais e econômicas, recuperar áreas atingidas e reparar a perda da memória e do patrimônio cultural causados pelo rompimento da barragem. Também incluem diversas ações de limpeza das áreas afetadas e melhorias no sistema de captação de água ao longo do rio Paraopeba e de outros pontos de coleta de água próximos à área afetada. As medidas de recuperação ambiental e os projetos de compensação serão executados diretamente pela Vale por um prazo médio de 5 anos.

A recuperação ambiental, cujos valores estimados fazem parte do Acordo Global, não possui limite de valor em virtude da obrigação legal da Vale de reparar integralmente os danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Portanto, embora a Vale monitore essa provisão, o montante provisionado está sujeito a alterações, dependendo de diversos fatores que não estão totalmente sob o controle da Vale.

Provisão para indenização individual e outros compromissos

A Vale também está trabalhando na segurança geotécnica das estruturas remanescentes na mina do Córrego do Feijão, incluindo a remoção e descarte adequado dos rejeitos residuais da Barragem I, incluindo a dragagem de parte do material liberado e o desassoreamento da calha do rio Paraopeba. O saldo desta provisão é de R\$1.772 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.387 milhões em 31 de dezembro de 2020).

No âmbito das indenizações individuais, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais formalizaram, em 5 de abril de 2019, um termo de compromisso por meio do qual as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho podem optar por negociar com a Vale a celebração de acordos extrajudiciais, individuais ou por grupo familiar, para estabelecer a indenização por danos materiais e morais por eles sofridos. Esse termo de compromisso estabelece a base para uma ampla variedade de pagamentos de indenização, os quais foram definidos com base superiores à jurisprudência dos Tribunais brasileiros, observando preceitos e normas da Organização das Nações Unidas (“ONU”). O saldo desta provisão era de R\$640 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$930 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Contingências e outras questões legais(i) Ações civis públicas movidas pelo Estado de Minas Gerais, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais por danos resultantes do rompimento da Barragem I

A Vale é parte de ações civis públicas movidas pelo Estado de Minas Gerais e instituições de justiça, reivindicando a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais resultantes do rompimento da barragem e buscando uma ampla gama de medidas liminares ordenando que a Vale tome ações específicas de remediação e reparação.

Em decorrência do Acordo de Reparação Integral, os pedidos para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos coletivos contidos nas ações civis públicas referentes ao rompimento da barragem foram substancialmente resolvidos. As indenizações por danos individuais ficaram excetuadas do Acordo de Reparação Integral, tendo as partes ratificado o termo de compromisso da Defensoria Pública de Minas Gerais. Assim, a Vale está dando continuidade à celebração de acordos individuais.

(ii) Ação Civil Coletiva Trabalhista

Em 2021, foram ajuizadas na Justiça do Trabalho de Betim no estado de Minas Gerais, ações civis públicas por sindicato de trabalhadores pleiteando o pagamento de indenização por dano de morte aos empregados próprios e terceirizados, falecidos em decorrência do rompimento da Barragem I. Foi proferida decisão inicial condenando a Vale ao pagamento de R\$1 milhão por vítima fatal. A Vale está se defendendo das referidas ações e entende que o prognóstico de perda é considerado possível.

(iii) Ação coletiva nos Estados Unidos da América

A Vale está se defendendo de uma potencial ação coletiva perante um Tribunal Federal de Nova York movida por detentores de valores mobiliários - *American Depositary Receipts* (“ADRs”) - de emissão da Vale. O Autor alega que a Vale teria feito declarações falsas e enganosas ou deixado de fazer divulgações relativas aos riscos de um rompimento da barragem I da mina do Córrego do Feijão e sobre a adequação de seus programas e procedimentos. Após decisão proferida pela Corte em maio de 2020, rejeitando, em parte, a defesa preliminar apresentada pela Vale, foi iniciada a fase de produção de provas (“Discovery”), que está prevista para encerramento em 2022.

Em 24 de novembro de 2021, uma nova Reclamação (*Complaint*) foi distribuída perante a mesma Corte do Distrito Leste de Nova York por oito fundos de investimentos que optaram em requerer reparação por supostos prejuízos de forma autônoma e separadamente dos membros de classe da ação principal, com as mesmas alegações apresentadas na ação coletiva principal.

Com base na avaliação dos consultores jurídicos da Vale e dado o estágio muito preliminar, a expectativa de perda destes processos é classificada como possível. No entanto, considerando a fase inicial da potencial ação coletiva, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda. O Autor não especificou valores dos prejuízos alegados nessa demanda.

(iv) Arbitragens propostas por minoritários e associação de classe

No Brasil, a Vale está se defendendo em (i) uma arbitragem movida por 385 acionistas minoritários, (ii) duas arbitragens movidas por uma associação de

classe que pretende representar todos os acionistas minoritários da Vale, e (iii) três arbitragens movidas por fundos estrangeiros.

Nas seis arbitragens, os Requerentes alegam que a Vale estava ciente dos riscos relacionados à segurança da barragem e falhou no dever de divulgar tais riscos aos acionistas, o que lhe seria exigido pelas leis brasileiras aplicáveis e pelas regras da Comissão de Valores Mobiliários. Com base nesse argumento, eles pleiteiam compensação pelos danos decorrentes da desvalorização das ações detidas pelos Requerentes.

Com base na avaliação dos consultores jurídicos da Vale a expectativa de perda é classificada como possível para os seis procedimentos e, considerando a fase inicial, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda.

Em um dos procedimentos movidos por fundos estrangeiros, os requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$1.800 milhões. Em outro procedimento recentemente apresentado por fundos estrangeiros, os requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$3.900 milhões. A Vale contesta os procedimentos em curso e entende que, para esse caso e na atual fase do procedimento, é remota a probabilidade de perda nos valores alegados pelos fundos estrangeiros.

(v) Investigações conduzidas pela CVM e Securities and Exchange Commission (“SEC”)

A Vale foi notificada de que o staff da SEC tomou uma decisão preliminar de recomendar que a SEC inicie procedimentos legais contra a Vale, alegando violações à legislação do mercado de capitais dos EUA relacionadas às divulgações e declarações feitas pela Vale sobre gestão de segurança de barra-

gens e sobre a barragem de Brumadinho. Caso a SEC autorize o início desses procedimentos legais contra a Vale, a SEC poderá buscar uma liminar para evitar futuras violações à legislação do mercado de capitais dos EUA, a imposição de multas, restituição monetária e outras compensações cabíveis em uma demanda no âmbito de uma corte federal nos EUA. A CVM também está realizando uma investigação relacionada à divulgação de informações a acionistas, investidores e ao mercado, especialmente com relação às condições e gestão das barragens da Vale. Neste momento não é possível determinar um montante ou estimativa de eventuais perdas para a Vale.

(vi) Processo Penal e Investigações

Em janeiro de 2020, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (“MPMG”) denunciou 16 pessoas (incluindo ex-diretores da Vale e ex-empregados) pela prática de supostos crimes, incluindo homicídio, e contra a Vale S.A. por supostos crimes ambientais. A Vale está se defendendo das alegações criminais, e ainda não é possível estimar quando uma decisão sobre esse processo criminal será emitida.

Seguros

A Vale está negociando com as seguradoras o pagamento de indenizações com base nas suas apólices de responsabilidade civil geral e responsabilidade Civil de Diretores e Conselheiros. No entanto, essas negociações ainda estão em andamento e, portanto, qualquer pagamento de indenizações dependerá da definição de cobertura dos seguros, com base nessas apólices e na avaliação do montante da perda. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização referente a essas apólices, foi reconhecida em suas demonstrações financeiras. A regulação do sinistro de Brumadinho na apólice de risco operacional foi concluída e a Vale recebeu uma indenização no valor de R\$108 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

b) Contingências relacionadas ao acidente da Samarco

Os processos incluem ações civis públicas movidas por autoridades brasileiras e vários processos envolvendo reivindicações por quantias significativas de danos e medidas de reparação. O TTAC e o TacGov representam a criação de um modelo para solução das ações civis públicas movida pelo MP, bem como outros processos relacionados à reparação. Existem, ainda, ações coletivas de valores mobiliários nos Estados Unidos contra a Vale e alguns de seus atuais e ex-executivos, bem como um processo criminal no Brasil. As principais atualizações com relação aos processos judiciais no exercício foram:

(i) Ação Civil Pública movida pela União e outros e ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (“MPF”)

O TacGov estabeleceu uma eventual repactuação dos programas de reparação da Fundação Renova após a conclusão dos trabalhos dos especialistas contratados para assessorar o MPF nesse processo. Em outubro de 2020, o MPF requereu a retomada da sua ação civil pública de R\$155 bilhões, por conta de impasse na contratação das assessorias técnicas. As negociações para repactuação tiveram início em abril de 2021, tendo sido finalizada e assinada, em junho de 2021, uma carta de princípios pelas empresas Vale, BHP e Samarco, bem como por representantes do Poder Público e de várias Instituições de Justiça. Dependendo da conclusão dos especialistas contratados e da decisão judicial a este respeito, a Vale poderá reconhecer provisões adicionais para o cumprimento dos programas determinados no TTAC.

(ii) Ação coletiva nos Estados Unidos da América

Em março de 2017, os detentores de títulos emitidos pela Samarco Mineração S.A. entraram com uma

potencial ação coletiva no Tribunal Federal de Nova York contra a Samarco, Vale, BHP Billiton Limited, BHP Billiton PLC e BHP Brasil Ltda. com base na legislação Federal Norte Americana sobre valores mobiliários (“U.S. Federal Securities laws”), que foi julgada improcedente em junho de 2021. Assim, o caso está encerrado e será arquivado.

(iii) Denúncia criminal

Em setembro de 2019, o juiz rejeitou todas as acusações criminais contra os representantes da Vale relacionadas ao primeiro grupo de acusações, que diz respeito aos resultados advindos da ruptura da Barragem de Fundão, remanescendo apenas a pessoa jurídica no polo passivo. Também permaneceu inalterada a denúncia em relação ao segundo grupo de acusações em que se imputa a prática de supostos crimes contra a Administração Pública Ambiental pela Vale e um de seus executivos. A Vale está se defendendo e até o momento, não é possível estimar quando uma decisão final sobre o caso será proferida.

Seguros

Desde o rompimento da barragem de Fundão, a Vale vem negociando o pagamento de indenizações com as seguradoras, com base nas suas apólices de responsabilidade civil. Em 2021, a Vale recebeu pagamentos no montante de R\$181 milhões (2020: R\$86 milhões). A Vale reconheceu esses ganhos no resultado como “Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures”.

A VALE é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas informações na CVM. Desta forma, é possível consultar maiores detalhes de suas informações, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, no site www.cvm.gov.br.



ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Membros

Denise Aguiar Alvarez

Milton Matsumoto

Alexandre da Silva Glüher

Maurício Machado de Minas

Fernando Jorge Buso Gomes

José Luiz Osório de Almeida Filho

Diretoria

Diretor-Presidente

Fernando Jorge Buso Gomes

Diretor

Marcelo Santos Dall'Occo

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Ariovaldo Pereira

João Carlos de Oliveira

Joaquim Caxias Romão

Ricardo Reisen de Pinho

Wilfredo João Vicente Gomes

Suplentes

Clayton Neves Xavier

João Batista de Moraes

Fabio Guimarães Vianna

Raphael Manhães Martins

